

RESISTÊNCIA HISTORIOGRÁFICA E A ESCREIVÊNCIA NA ESCRITA DAS MULHERES NEGRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MARIA CAROLINA DE JESUS E MARIA FIRMINA DOS REIS

Kelly de Faro Sousa¹
Livia Sousa da Silva²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar como a Escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo, presente nas obras *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e *Quarto de Despejo*, de Maria Carolina de Jesus, contribui para a resistência historiográfica ao romper com narrativas dominantes. A análise insere essas obras no campo da História da Educação, relacionando-as às pedagogias contra-hegemônicas de Paulo Freire e Dermeval Saviani, evidenciando como a literatura negra ressignifica identidades e desafia estruturas de exclusão. A abordagem interdisciplinar explora a relevância de Firmina e Carolina para a valorização da memória coletiva afro-brasileira e para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias.

Palavras-chave: Escrevivência. Resistência historiográfica. Pedagogia crítica. Literatura negra. Identidade afro-brasileira.

HISTORIOGRAPHIC RESISTANCE AND WRITING IN BLACK WOMEN'S WRITING: AN ANALYSIS BASED ON MARIA CAROLINA DE JESUS AND MARIA FIRMINA DOS REIS

ABSTRACT

This article aims to analyze how *Escrevivência*, a concept coined by Conceição Evaristo, present in the works “*A Escrava*” by Maria Firmina dos Reis and “*Quarto de Despejo*” by Maria Carolina de Jesus, contributes to historiographical resistance by breaking with dominant narratives. The analysis situates these works within the field of the History of Education, linking them to the counter-hegemonic pedagogies of Paulo Freire and Dermeval Saviani, highlighting how Black literature redefines identities and challenges exclusionary structures. The interdisciplinary approach explores the relevance of Firmina and Carolina for valuing Afro-Brazilian collective memory and fostering emancipatory pedagogical practices.

Keywords: *Escrevivência*. historiographical resistance. critical pedagogy. Black literature. Afro-Brazilian identity.

Data de submissão: 05.10.24

Data de aprovação: 10.12.24

INTRODUÇÃO

A história das mulheres negras no Brasil carrega marcas profundas de luta e resistência diante das opressões impostas por um sistema estruturalmente racista e sexista. Em meio a essa realidade, a *escrevivência*, conceito cunhado por Conceição Evaristo, desponta como uma ferramenta essencial de denúncia e (re)existência, na qual a escrita se entrelaça com as vivências concretas, ressignificando as experiências individuais em um projeto coletivo de emancipação. Em contextos em que as vozes subalternas frequentemente são silenciadas,

¹ Mestranda em Educação (PPEB), Universidade Federal do Pará. E-mail: kellydefaro@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais/Sociologia (UFPA), Pós-Doc. em Educação (PPGED/UFPA). E-mail: liviasilva@ufpa.br

autoras como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus transformaram a literatura em um espaço de reivindicação identitária e de reflexão crítica sobre as desigualdades sociais. Suas obras ultrapassam o campo estético, lançando luz sobre as contradições sociais, econômicas e políticas que definem a marginalização de grupos historicamente oprimidos.

Nesse cenário, a educação emerge como um campo privilegiado para a resistência e a transformação social, especialmente quando orientada pelas pedagogias contra hegemônicas e pela pedagogia da libertação de Paulo Freire. Ao articular a literatura com essas abordagens educativas, reconhece-se a importância da escrevivência como um recurso pedagógico que desnaturaliza opressões e constrói novas possibilidades de subjetivação e pertencimento. Assim, este artigo se justifica ao buscar integrar as narrativas de Firmina e Carolina ao debate sobre a História da Educação brasileira, enfatizando a importância de práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade e que rompam com as heranças coloniais e excludentes ainda presentes na sociedade.

O termo “escrevivência” foi cunhado por Conceição Evaristo em sua dissertação de mestrado intitulada “Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, defendida em 1996 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A escrevivência, conforme apresentado em Evaristo (2016), reflete um compromisso com a denúncia das opressões vividas pela população negra no Brasil e, simultaneamente, com a valorização das suas memórias e experiências. O termo incorpora o que Evaristo chama de “pele-memória”, um registro que vai além da literatura e que conecta a produção literária com as vivências concretas dos sujeitos afrodescendentes.

Deste modo, entendemos que a escrevivência está intrinsecamente ligada à condição histórica de opressão e resistência enfrentada pelos negros no Brasil, especialmente as mulheres. O conceito não só amplia as fronteiras do que é considerado literatura, mas também desafia as normas hegemônicas da produção textual, ao incorporar perspectivas que foram historicamente silenciadas na construção da narrativa nacional, pois trata-se de um conceito histórico e ancestral. Assim, a escrevivência é um movimento de resistência que busca ressignificar o espaço do corpo e da palavra na cultura afro-brasileira. Como afirma Evaristo (2016, p. 18), essa escrita reflete “um discurso literário que, ao erigir as suas personagens e histórias, o faz diferentemente do previsível pela literatura canônica”. Trata-se de um gesto insurgente, que desestabiliza o cânone e valoriza a pluralidade das narrativas vividas.

Além disso, a prática da escrevivência dialoga com a resistência e se articula com a luta por reconhecimento e justiça social, ao passo que evoca elementos da memória coletiva e pertencimento racial, criando espaços de visibilidade e contestação que resgatam a complexidade da experiência negra no Brasil.

A partir das leituras das obras de Conceição Evaristo, a escrita se torna “um ato político”, capaz de reconstruir histórias e identidades negadas pelas narrativas hegemônicas. Nesse sentido, a escrevivência inscreve as mulheres negras no espaço simbólico da literatura, destacando a dimensão coletiva e ancestral que permeia suas produções. A valorização da memória e da oralidade, características marcantes dessa escrita, contribuem para a preservação e a revitalização de identidades afro-brasileiras em um contexto de constantes apagamentos históricos.

No campo historiográfico, a escrevivência pode constituir uma estratégia importante para reescrever a história a partir de perspectivas subalternizadas. Ao priorizar experiências individuais como fontes históricas, as narrativas de escrevivência rompem com modelos tradicionais de produção do conhecimento histórico.

O objetivo deste artigo é analisar como a escrevivência, presente na obra “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis e “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus, contribui para a resistência historiográfica ao romper com narrativas dominantes e propor novas perspectivas

sobre a História da Educação a partir da literatura negra, considerando o contexto político e social em que foram escritas.

As produções dessas autoras, enraizadas em suas vivências e experiências de opressão, ressignificam o lugar da mulher negra na sociedade, ao mesmo tempo em que desafiam estruturas coloniais e patriarcais. Por meio de suas narrativas, Firmina e Carolina não apenas denunciam as desigualdades sociais e raciais, mas também abrem caminhos para reflexões críticas sobre práticas educativas e culturais. Assim, o artigo busca evidenciar como suas obras se tornam instrumentos de reconstrução identitária e de inclusão de vozes silenciadas, alinhando-se às pedagogias contra hegemônicas e libertadoras, especialmente aquelas que valorizam a pluralidade e promovem uma educação inclusiva e transformadora.

Os procedimentos metodológicos deste artigo estão fundamentados na análise qualitativa de obras literárias e teóricas, promovendo a interconexão entre literatura e educação. As narrativas de Maria Firmina dos Reis (*A Escrava*) e Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo*) foram escolhidas como fontes primárias, examinadas em seus contextos históricos e sociais e em relação às práticas de resistência historiográfica. O embasamento teórico foi fornecido por autores como Freire (1967, 1987), Evaristo (2020, 2016), Gasparin (2009) e Saviani (1996, 2011), que discutem pedagogias críticas e inclusivas.

A articulação entre essas fontes possibilitou identificar como as narrativas de escrevivência desconstruem estruturas opressoras e oferecem subsídios para práticas pedagógicas emancipatórias. Por meio dessa abordagem, buscou-se explorar como as experiências literárias e históricas são capazes de fomentar a conscientização crítica e transformar as práticas educacionais.

1 A ESCRIVIVÊNCIA COMO CONEXÃO DIASPÓRICA E UNIVERSAL

Evaristo (2020) destaca a escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal, enfatizando que essa prática transcende as fronteiras nacionais e culturais, conectando as experiências dos povos afrodescendentes em diferentes partes do mundo. Ao emergir da memória e das vivências de mulheres negras e das comunidades afro-brasileiras, adquire um caráter universal ao dialogar com outras produções da diáspora africana. “Essa escrevivência está enraizada nas marcas da diáspora africana, que carregam em si a história de resistência contra a escravidão, o racismo e as diversas formas de exclusão” (Evaristo, 2020, p. 29-31).

A autora entende a diáspora como um fenômeno, que ao mesmo tempo em que dispersou povos africanos pelo mundo, gerou conexões identitárias profundas entre essas populações. Esse processo permitiu que o diálogo com expressões culturais e literárias de outros contextos diaspóricos, como os movimentos da Negritude nas Antilhas e na África, ou as produções de autores afro-americanos.

Desse modo, para Evaristo (2020), ela é uma narrativa que fala “do nós”, mas que também interpela “os outros”, pois expõe as complexidades das relações humanas e questiona estruturas de poder que perpetuam a exclusão. Esse movimento de ampliação permite que a escrevivência seja lida e reconhecida em contextos globais, marcando sua relevância literária, política e histórica. Essa característica torna a escrevivência uma práxis profundamente política e ancestral, capaz de conectar histórias particulares de resistência à luta universal por dignidade e justiça.

Diante disso, compreendemos que essa conexão diaspórica contribui de maneira significativa para a historiografia brasileira ao ampliar perspectivas que desconstruam narrativas hegemônicas, pois a escrevivência insere na historiografia histórias que foram sistematicamente apagadas ou marginalizadas, possibilitando um resgate da memória coletiva afro-brasileira.

No contexto educacional, ela rompe com o eurocentrismo, pois destaca as contribuições culturais, políticas e históricas da população negra. Esse movimento está alinhado com a pedagogia da libertação de Paulo Freire. Freire (1967), fala sobre a pedagogia da comunicação a qual está centrada no diálogo. Tal pedagogia nos permite pensar sobre a comunicação que a escrevivência viabiliza entre escritor e leitor e entre as narrativas diaspóricas africanas subalternizadas. Ao humanizar os sujeitos históricos, essa abordagem também humaniza o processo educativo, permitindo que estudantes, especialmente os afrodescendentes, reconheçam a relevância de suas histórias pessoais no contexto mais amplo da formação do Brasil. Essa perspectiva é essencial para uma educação que busca não apenas ensinar conteúdos, mas também conscientizar e emancipar.

Portanto, ao conectar o Brasil com outras experiências da diáspora africana, a escrevivência oferece ao campo da História da Educação novos referenciais para pensar a formação de sujeitos em um contexto de desigualdades históricas. Práticas culturais como a oralidade, a memória coletiva e os saberes ancestrais, frequentemente apagados das abordagens tradicionais, ganham centralidade, reforçando o papel da educação na valorização de identidades e na construção de uma sociedade que também é protagonizada por sujeitos negros e afrodescendentes.

Sobre isso, Freire (1987) afirma: “precisamos estar convencidos de que o conhecimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado da sua conscientização. [...]. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada pela máquina (Freire, 1987, p. 54-55).

Para Saviani (1996) a educação é uma prática social atravessada por interesses e ideologias, sendo um campo de disputa entre as classes dominantes e os setores populares. Ele destaca: “o objetivo é elevar a prática educativa ao nível da consciência filosófica, permitindo que ela se torne uma ferramenta de transformação social” (SAVIANI, 1996, p. 3). Ou seja, a superação do senso comum em direção à consciência crítica é fundamental para que a educação se torne uma ferramenta de emancipação. Essa perspectiva interage com a necessidade de resgatar as histórias e experiências das populações afrodescendentes, rompendo com a visão fragmentária e incoerente da historiografia tradicional.

Nesse sentido, ao analisar a resistência negra no Brasil, podemos perceber que a democratização da História da Educação passa pela incorporação das narrativas negras, enfatizando suas lutas, conquistas e contribuições para a sociedade brasileira.

A história das ideias pedagógicas no Brasil foi moldada por interesses dominantes, e a ausência de vozes subalternas reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Saviani, 2011). Ele argumenta que a exclusão das narrativas negras é um reflexo das estruturas de poder que moldaram essas ideias pedagógicas. Portanto, para que a historiografia brasileira seja inclusiva, é necessário revisitar esses marcos e incorporar as perspectivas dos povos negros, reconhecendo o papel central que desempenharam na construção do país, tanto cultural quanto educacionalmente.

2 RESISTÊNCIA HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA ESCRITA DE MULHERES NEGRAS

A resistência historiográfica tem como objetivo central reposicionar sujeitos historicamente silenciados como protagonistas no campo da História da Educação, desafiando narrativas dominantes que excluem experiências de grupos marginalizados. Gasparin (2009) ressalta que “a escola nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida” (p. 2), o que reflete como as práticas dos grupos ou povos subalternos foram frequentemente apagadas das práticas e narrativas histórico-educativas tradicionais. Nesse contexto, a

resistência historiográfica emerge como uma prática que busca reescrever a História da Educação, incorporando as vivências e contribuições de mulheres negras em sua práxis literária.

Esse reposicionamento exige o reconhecimento de que a prática social dos sujeitos marginalizados também é fonte legítima de conhecimento. Gasparin (2009) também enfatiza que “a tomada de consciência sobre essa prática deve levar o professor e os alunos à busca do conhecimento teórico que ilumine e possibilite refletir sobre seu fazer prático cotidiano” (p. 6). A reformulação da história educacional brasileira demanda, então, a incorporação de narrativas e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade racial e cultural, rompendo com as exclusões impostas pelo modelo tradicional.

Para entender a escrevivência como prática política de resistência analisamos as obras “A escrava” de Maria Firmina e “Quarto de despejo” de Maria Carolina de Jesus. Elas trazem, em suas obras uma memória marcada por perspectivas sociais, políticas e culturais, refletindo a vivência da mulher negra no Brasil. Suas escritas expressam suas vidas, ideais e desejos, configurando-se como exemplos de uma escrevivência negra e feminina. Por meio dessa prática narrativa, a mulher negra se autorrepresenta na literatura afro-brasileira, reivindicando espaços de visibilidade e resistência. Nesse sentido, Evaristo (2016) destaca que as mulheres negras buscam formas de existir no mundo e de se apropriar dele por meio da palavra. Assim, através da escrevivência literária, elas afirmam sua existência e lutam contra os silenciamentos históricos.

2.1 MARIA FIRMINA DOS REIS EM “A ESCRAVA”

A escrevivência de Maria Firmina dos Reis a partir da obra “A Escrava” retrata toda a força da sua escrevivência. Filha de uma mulher branca e de um homem negro e escravo, Maria Firmina dos Reis, afro-brasileira, nasceu em março de 1822, em São Luís (Maranhão). Foi poeta, folclorista, ficcionista e compositora. Assinava suas obras com o pseudônimo “uma Maranhense”, até mesmo por viver e escrever em período tão delicado para afrodescendentes, sobretudo, mulheres intelectuais. O conto “A Escrava”, publicado pela Revista Maranhense, ano 1, nº 3, em novembro de 1887, surge em meio à campanha abolicionista e a autora utiliza uma linguagem única para tratar da abolição, da dor do negro; e dá voz e poder a uma mulher branca, na obra, para mostrar o olhar do oprimido.

A narrativa começa em um salão, onde várias pessoas da alta sociedade da época estavam reunidas. Depois de muitas conversas, passa-se a falar sobre a situação dos escravos, a abolição. Eis que surge uma mulher que, segundo o conto, expressa sentimentos sinceramente abolicionistas. E ela começa a falar às pessoas ao redor sobre como se sente diante da situação escravocrata do país. Firmina usa tal mulher para que seu conto tenha uma maior visibilidade entre seus leitores, uma vez que é branca e da alta sociedade, e acima de tudo, expressa-se a favor da abolição.

Portanto, inicia-se a “escrevivência” de Maria Firmina, no conto “A escrava”, colocando a mulher, ainda que branca, em um lugar em que poucos autores colocaram: no centro de um discurso político-social, com uma temática tão delicada na época: a abolição dos escravos no Brasil. Bailey (2018) evidencia o fato de que o conto faz referência a “sociedades de emancipação” cuja personagem acima citada diz ser participante. A autora afirma ainda, que entre as primeiras formas de ativismo político a admitir mulheres brasileiras, situam-se as sociedades abolicionistas.

Logo, pode-se perceber a importância desta personagem para a escrevivência de Maria Firmina, pois utiliza a voz da mulher branca da alta sociedade para dar início a uma sucessão de narrativas que ganham o olhar do oprimido sobre a questão da abolição e escravismo, através dos personagens negros no conto.

Surgem, então, personagens de valor ímpar para que a autora relate ao leitor a opressão que os negros sofriam nas mãos dos brancos escravistas, bem como a forma pela qual este sofrimento é visto pelos opressores. Ou seja, seus personagens negros assumem posição de narradores também, dando realidade à ficção. Reis (2018) conseguiu abordar a abolição de uma forma totalmente diferente de outros autores. Ela aborda a abolição a partir do oprimido, do escravizado, pois seu conto está sob uma perspectiva do seu olhar como mulher e afro-brasileira que presenciou a escravidão da época, ligada a eles de forma auto-identitária. Eles carregam sentimentos, inteligência e valores “dos brancos”; de acordo com Duarte (2004) são apresentados como modelos de integridade moral. Desta maneira, a escrivência de Maria Firmina em “A escrava”, se dá sob a perspectiva do sujeito negro, consequentemente, perpassa pelo EU negro do leitor, o que compreende como processo de construção identitária, como salienta Nascimento (2009).

Partindo para a análise dos personagens Joana e Gabriel, negros, escravos, Reis propositalmente lhes confere atitudes que questionam e denunciam o regime escravocrata no Brasil. O que nos permite pensar sobre quem, de fato, protagoniza seu conto, cujo título já nos remete à verdadeira protagonista, a escrava Joana, que foge de seus alcoses mesmo sabendo as consequências que este ato lhe acarretaria, mas, por amor maternal, quebrou as regras do sistema escravista, lutou e resistiu, pois a perda dos filhos era para ela o sofrimento mais profundo.

Joana teve seus filhos menores vendidos a um “traficante de carne humana”, o estopim de sua fuga, fazendo referência ao modo como as escravas eram tratadas no regime escravista. Esta personagem carrega consigo o legado da resistência feminina afrodescendente que perpetua até a contemporaneidade na literatura afro-brasileira.

De acordo com Gomes (1996), durante o período escravocrata brasileiro, as fugas eram uma forma recorrente de resistência à opressão imposta pelo sistema. As mulheres, embora menos numerosas nos registros de fugas do que os homens, também fugiam, e o faziam muitas vezes por razões que iam além da busca pela liberdade individual. As fugas podiam estar associadas a questões familiares, como evitar a separação dos filhos, proteger laços afetivos ou escapar de situações de abuso sexual e violência nas senzalas. Ou seja, a fuga de mulheres não era apenas uma resistência à escravidão, mas também uma tentativa de resgatar um mínimo de dignidade e controle sobre suas vidas. Gomes (1997) reitera que as fugas femininas frequentemente buscavam mais do que liberdade individual, envolvendo resistências às dinâmicas de dominação familiar e comunitária.

Assim, a fuga de Joana em “A escrava” é mais do que um elemento literário: é uma recriação histórica que ilumina as dimensões de gênero, raça e resistência na escravidão brasileira, trazendo para o centro da narrativa o papel ativo das mulheres negras na luta pela liberdade.

Voltemos para a primeira personagem, que quando se inicia a leitura, pensa-se ser a personagem principal de “A escrava”. Qual seria, então, o papel da mulher branca no salão, a primeira narrativa do conto? Ser a ponte que leva ao leitor a verdadeira face da denúncia ao regime escravista. Bailey (2018) diz que a primeira personagem-narradora confere à Maria Firmina a autoridade de alcançar o leitor branco, o que ela não poderia conseguir de uma outra forma devido a sua cor, seu gênero e sua posição socioeconômica em pleno período colonial. A personagem branca serve de condução para a face do verdadeiro sofrimento que os negros foram obrigados a suportar no Brasil.

Reis (2018) faz uso do amor incondicional familiar como um ponto que liga seu conto à religiosidade, favorecendo uma abertura com leitores cristãos. Duarte (2004) diz que Maria Firmina estava além do seu contexto sócio literário, uma vez que a Igreja Católica brasileira da época não havia condenado claramente o regime escravocrata, então Reis (2018) deu uma nova visão às questões da escravidão e abolição.

Assim como Joana, Gabriel também faz parte da representação da força afro-brasileira em decorrência de tantos maus tratos vividos com sua mãe na fazenda. E em defesa da mãe, lutou até encontrá-la, mesmo sabendo o que lhe custaria. Desta forma, Reis cruza o tema abolicionista com a experiência, a força e a resistência do negro diante das atrocidades da instituição escravocrata.

No desfecho do conto, a escrava Joana tem uma morte bastante poética diante da senhora, do filho e de seus perseguidores. Reis usa essa morte como uma metáfora para a liberdade. A liberdade tão almejada pelos negros no Brasil, física, ideológica e emocional. A senhora apresenta aos homens perversos um cadáver e um homem livre (Gabriel), numa reviravolta emocionante. E mais uma vez, a importância da personagem branca, não como libertadora, mas metaforicamente, uma arma política importante na sociedade abolicionista, fazendo referência à importância das mulheres nos movimentos abolicionistas da época.

Maria Firmina, ao construir a narrativa de Joana, denuncia a crueldade da escravidão e confere protagonismo a uma mulher negra que resiste ativamente ao sistema. Esse protagonismo feminino é especialmente relevante em um período no qual a maioria das narrativas escritas por pessoas brancas romantizava ou omitia o papel das mulheres negras na resistência escrava.

2.2 A FAVELADA: MARIA CAROLINA DE JESUS

Outra obra que exemplifica a escrevivência como resistência historiográfica, negra e feminina é Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, de Maria Carolina de Jesus, que mostra a realidade sofrida da mulher negra, mãe e favelada. A autora, nascida em Sacramento-MG, em 14 de março de 1914, é de família pobre, quase sem estudo, filha de negros que migraram para a cidade. Em sua obra, Carolina retrata a dura realidade vivida por mulheres negras, mães e moradoras de favelas, oferecendo um importante relato sobre as desigualdades sociais e raciais no Brasil.

No início de 1923, Maria Carolina de Jesus foi matriculada no colégio Allan Kardec, onde crianças pobres eram sustentadas por pessoas influentes da sociedade local. Estudou por dois anos, sendo mantida pela Sra. Maria Leite Monteiro de Barros, patroa de sua mãe, que trabalhava como doméstica. Carolina registrava seu cotidiano em diários, nos quais acumulou vinte cadernos que narravam sua história de vida na favela do bairro do Canindé, às margens do rio Tietê, em São Paulo. Em 1958, foi descoberta pelo repórter Audálio Dantas, que revisou e editou o conteúdo de seus diários para publicação (JESUS, 1960).

A escrevivência de Maria Carolina, assim como de Maria Firmina, se dá através da denúncia de um Brasil real. Um país que jogou os negros na senzala e que “ainda o faz na favela sob o domínio da pobreza e do descaso” (JESUS, 1960).

Neste tópico, a escrevivência será abordada como representação e autorrepresentação da mulher negra e favelada, retratada em “Quarto de despejo”. Jesus (1960) mostrou e impactou a sociedade tanto por mostrar a vida real dos favelados como por ser destaque sociocultural em meio a tanta carência de políticas públicas. Por meio de seus diários, Maria Carolina de Jesus registrou suas vivências e conseguiu se representar, permitindo que tantas outras mulheres negras e pobres pudessem também se reconhecer em suas lutas e, sobretudo, em sua resistência. Sua escrita, originada da experiência como catadora de recicláveis, expressa a dimensão política da escrevivência, na qual as experiências individuais se transformam em uma denúncia coletiva. Ao afirmar que “os ricos pensam que os pobres não têm direito de expor suas ideias” (JESUS, 1960, p. 33), Carolina deixa claro que sua obra transcende o relato pessoal, configurando-se como um ato de resistência contra a invisibilidade social imposta aos marginalizados.

Quando se fala de representatividade negra periférica e feminina, Maria Carolina de Jesus é exemplo literário para colocar em pauta as diversas identidades assumidas por uma mulher pobre e desfavorecida. Carolina, a protagonista, conhecia de perto a “cor” da fome. Maltratada por seus parceiros, experimentou o machismo amargo e suas consequências. No entanto, em meio a desigualdade social, encontrou na escrita uma forma de terapia, depositando no papel suas dores, descontentamentos e alegrias. Escrever foi sua rota de fuga e ingresso para a sua mudança de vida. “Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 1960, p. 19). Neste sentido, Carolina a autora e Carolina, a protagonista, se fundem e se apropriam da escrita como uma resistência política e social. Desse modo, a obra é escrita em linguagem coloquial, pois trata-se de diários, num formato textual que realça a beleza literária contida em suas linhas, contrastando com a feia realidade expressa por elas.

Santos (2007) faz uma análise das favelas de São Paulo e contextualiza com a obra “Quarto de despejo”. Ele diz que a década de 1960 em São Paulo marcou um período de consolidação das favelas como um fenômeno urbano reconhecido e amplamente debatido, tanto no âmbito acadêmico quanto político. Conforme o texto analisa, o processo de formação das favelas estava intimamente ligado à crescente urbanização e às dinâmicas de desigualdade social e fundiária que caracterizaram o Brasil durante o século XX.

O crescimento acelerado de São Paulo, impulsionado pela industrialização, levou à formação de favelas como alternativa de habitação para trabalhadores de baixa renda. Essas áreas eram caracterizadas pela precariedade habitacional, pela ocupação irregular de terrenos e pela exclusão das políticas públicas de urbanização e infraestrutura. Segundo o autor, “a ilegalidade quanto à ocupação de terras alheias se constitui no elemento que define e singulariza o fenômeno favela” (SANTOS, 2007, p. 19). Essa característica é central para entender a marginalização sistemática das populações que habitavam esses espaços.

Voltando à obra de Carolina de Jesus, “15 de julho de 1955”, o livro se inicia com o aniversário da filha de Carolina, a Vera Eunice, e continua falando sobre como é alto o custo de vida, que o pobre não consegue comprar o que gostaria para seus filhos. Nesse dia, ela amanheceu um tanto indisposta, mesmo assim, saiu para conseguir comida para casa e um presente para sua filha, afinal era um dia especial (JESUS, 1960, p. 9). Neste fragmento, a obra já começa mostrando uma mãe pobre, catadora de lixo, que é forçada a resistir, persistir e sobreviver por amor aos filhos. Cada dia é uma batalha travada, uma luta a ser vencida.

Causava inveja na favela onde morava por ser assim, um verdadeiro paradoxo para seus observadores. Em certo trecho, a autora relata a seguinte situação:

- Sarou as pernas?

Depois que eu operei, fiquei boa, graças a Deus. E até pude dançar no carnaval, com minha fantasia de penas. Quem operou-me foi o Dr. José Torres Netto. Bom médico. E falamos de políticos. Quando uma senhora perguntou-me o que acho do Carlos Lacerda, respondi conscientemente:

- Muito inteligente. Mas não tem educação. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador.

[...] Eu, era o alvo das atenções. Fiquei apreensiva, porque eu estava catando papel, andrajosa (JESUS, 1960, p. 12).

Carlos Lacerda foi uma figura central na política brasileira durante as décadas de 1950 e 1960. Iniciando sua trajetória como jornalista e comunista na juventude, afastou-se dessa ideologia em 1939 e passou a adotar uma postura anticomunista radical. Filiado à UDN (União Democrática Nacional), Lacerda se destacou como um crítico feroz do trabalhismo de Getúlio Vargas e, posteriormente, de seus herdeiros políticos. Seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, tornou-se um veículo de oposição ao governo Vargas e aos presidentes que o sucederam. Em 1960, era governador da Guanabara, posição que utilizou para consolidar sua

imagem política e expandir sua influência nacional, muitas vezes adotando um discurso elitista e polarizador (LATTANZI, 2011).

Lacerda ficou conhecido por sua retórica incisiva e seu estilo combativo, características que levaram muitos a descrevê-lo como um político "agitador" e "intrigante", como também citado por Carolina. Essa descrição de Jesus (1960) conecta-se com a percepção histórica de Lacerda como um político que, embora articulado e inteligente, muitas vezes exacerbava tensões políticas em nome de suas convicções.

A menção que ela faz reflete sua visão sobre a elite política da época, marcada por desigualdades sociais e pelo desprezo pelas classes mais pobres. Lacerda, enquanto defensor de uma democracia elitista e conservadora, conforme descrito por Lattanzi (2011), ilustra um contraste com as experiências de mulheres negras e pobres, como Carolina, que viviam na margem da política oficial, lutando por sobrevivência em um contexto de exclusão estrutural. Assim, a crítica de Carolina à figura de Lacerda transcende o indivíduo e revela a desconexão entre a elite política e as massas populares, tema central em sua obra e em sua análise da sociedade brasileira.

Destacamos nesse trecho de Jesus (1960) o acanhamento da protagonista em ter conhecimento político, justamente pelo fato de que, por ser politizada, sabe qual é o lugar, na sociedade excludente, destinado aos pobres afro-brasileiros. Logo ela passa a ser vista por todos ao redor; suas vestes e condição social lhe asseguram a invisibilidade, mas seu discurso é percebido pelos cidadãos no local.

O trabalho de Santos (2007) destaca que as favelas enfrentaram um estigma significativo durante o período, sendo vistas como espaços de marginalidade, perigo e criminalidade. Esse estigma foi perpetuado pela mídia e pelo discurso público, o que dificultava a implementação de políticas inclusivas e urbanísticas. A relação entre pobreza urbana e marginalidade ficou evidente nos discursos acadêmicos e oficiais da época, como enfatizado: “a favela era considerada um enclave dentro da cidade, uma espécie de quisto rural no corpo político da metrópole” (LEEDS; LEEDS, 1978, apud SANTOS, 2007, p. 27).

As décadas anteriores já haviam mostrado que o poder público tinha um papel ambíguo em relação às favelas, alternando entre ações de remoção e iniciativas de urbanização. Em São Paulo, muitas das favelas tiveram sua origem em ações do próprio poder público, como o reassentamento de populações desalojadas por obras viárias. Contudo, a abordagem era predominantemente emergencial, sem políticas estruturais para enfrentar o déficit habitacional (SANTOS, 2007).

Muitas das favelas existentes no município de São Paulo tiveram início pela ação do próprio poder público municipal (Santos, 2007, p. 29). Dessa forma, o estudo das favelas nesse período revela uma dinâmica de resistência e adaptação das populações marginalizadas frente a um modelo de urbanização que as excluía sistematicamente. Como Santos (2007) conclui, a ideia de favela era frequentemente associada à invasão e à precariedade.

As pessoas que vivem à margem da sociedade, em situação de extremo abandono, são carentes de lazer, saúde e educação. Jesus (1960) diz:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita, com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar em um quarto de despejo (JESUS, 1960, p. 33).

A partir da escrivência de Carolina Maria de Jesus, fica evidente como a condição das mulheres negras e pobres no Brasil está profundamente marcada pela exclusão social e pelo sentimento de não pertencimento. Na citação mencionada, Carolina ilustra a dualidade de sua existência: enquanto a cidade simboliza o espaço idealizado, associado ao conforto e à

valorização, a favela é o “quarto de despejo” – um lugar de rejeição e desumanização. Essa metáfora potente revela não apenas as condições materiais precárias dessas mulheres, mas também o impacto psicológico de viverem em uma sociedade que constantemente as marginaliza.

A “escrevivência” de Carolina vai além do relato pessoal; ela ressignifica sua vivência para denunciar as desigualdades estruturais e dar visibilidade a uma realidade frequentemente silenciada. As mulheres negras e pobres, como ela, enfrentam uma tripla opressão: de raça, classe e gênero, que as posiciona nas camadas mais vulneráveis da sociedade. Contudo, sua escrita também é uma forma de resistência, pois, ao se apropriar da palavra, Carolina reivindica sua voz e agência em um sistema que busca apagá-las.

Portanto, Maria Carolina de Jesus nos mostra que a luta dessas mulheres não é apenas por melhores condições materiais, mas também pelo direito à dignidade, ao pertencimento e à autorrepresentação. Sua escrevivência é um chamado para que reconheçamos essas histórias e a urgência de transformar as estruturas que perpetuam essas exclusões.

Considerando as obras citadas como representativas da escrevivência, chegamos ao mapa conceitual da figura 1, que faz a interconexão entre escrevivência na escrita de mulheres negras e a resistência historiográfica, destacando os principais eixos que estruturam essa análise. Elementos como a denúncia de opressões, o rompimento com narrativas canônicas e o resgate de vozes marginalizadas evidenciam como a escrevivência atua na construção de uma historiografia inclusiva e crítica. O mapa conceitual destaca como “A Escrava” e “Quarto de Despejo”, por meio da escrevivência, dialogam com abordagens teóricas e pedagógicas críticas, contribuindo para uma resistência historiográfica.

Figura 1 - Resistência Historiográfica e Escrevivência na Escrita das Mulheres Negras



Fonte: As autoras (2024)

As obras oferecem ferramentas para questionar estruturas de poder, valorizando a memória coletiva e fomentando uma educação transformadora que inclui as narrativas negras como protagonistas. Além disso, a conexão entre identidade e ancestralidade, associada à literatura como ativismo político e à educação como ferramenta transformadora, reforça a centralidade dessas narrativas no enfrentamento das desigualdades estruturais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, analisadas sob a ótica da escrevivência, evidenciam como este conceito transcende a literatura e pode se tornar um instrumento de resistência histórica e cultural capaz de mobilizar uma transformação social. Ao resgatar vivências marginalizadas e confrontar narrativas históricas hegemônicas, essas autoras inserem vozes subalternas no centro da produção literária e historiográfica.

Freire (1967) aponta que “a conscientização crítica deve ser um ato político” (p. 35), e Firmina e Carolina concretizam essa ideia ao utilizarem suas obras como ferramentas para a conscientização e a luta por justiça social.

Como possibilidades futuras, destaca-se a necessidade de incluir essas narrativas de escrevivência nos currículos escolares, valorizando vozes historicamente silenciadas. Gasparin (2009) ressalta que “os conteúdos escolares devem ser apropriados como elementos fundamentais na compreensão e transformação da sociedade” (p. 22), uma perspectiva que ressoa com a proposta deste artigo.

Assim, este estudo reafirma a importância de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus como referências fundamentais para práticas pedagógicas emancipatórias e para a construção de uma historiografia inclusiva e plural, destacando o poder transformador da Escrevivência enquanto um conceito histórico e ancestral em expansão e como ato político de resistência negra feminista.

Com isso, a escrevivência não é apenas uma forma de registro, mas uma ferramenta que transcende a dimensão literária e se encaixa como uma estratégia política, histórica-ancestral e metodológica que transforma as vivências individuais e coletivas das populações negras em narrativas que desafiam as estruturas de poder e os discursos dominantes. Ela reafirma a importância de uma história que seja ao mesmo tempo coletiva e subjetiva, local e global, ancorada nas vivências concretas das populações negras e conectada às lutas diaspóricas por justiça e reconhecimento e ressignifica o lugar da narrativa histórica, transformando-a uma ferramenta indispensável para construir uma historiografia verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Afterword. **Úrsula. A escrava. De Maria Firmina dos Reis**. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 27-46.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas/ Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1967.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Tempo, vol. 1, p. 67-93, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LATTANZI, José Renato. Carlos Lacerda: **a democracia vista por um radical**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308173068_ARQUIVO_Lacerda.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

NASCIMENTO, Eliza Larkin (org.). **Afrocentricidades: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

REIS, Maria Firmina. **A escrava**. In: Revista Maranhense, n. 3, 1887. Republicado em Úrsula, 7 ed. 2018, p. 193-207.

SANTOS, Paulo César Xavier Pereira. **O pensamento sobre as favelas em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.